

PULSO

REPÚDIO AOS ATAQUES REJEIÇÃO BRASILEIRA AO 8/1 É MAIOR QUE A AMERICANA À INVASÃO DO CAPITÓLIO



NICOLAS IORY
E DIMITRIOS DANTAS
CORRESPONDENTES
DE SÃO PAULO E BRASÍLIA

O Brasil teve em 8 de janeiro de 2023 um episódio comparável ao que havia ocorrido dois anos antes, em 6 de janeiro de 2021, nos Estados Unidos, quando apoiadores do ex-presidente Donald Trump invadiram o Capitólio, sede do Congresso americano. Passado um ano dos atos antidemocráticos em Brasília, a rejeição dos brasileiros aos ataques é mais elevada do que a dos americanos após o mesmo período.

De acordo com nova pesquisa da série Genial/Quaest, a parcela de brasileiros que aprova a invasão às sedes dos três Poderes oscilou de 4% para 6% em um ano, dentro da margem de erro de 2,2 pontos percentuais. Já pesquisas conduzidas pela YouGov nos EUA mostram que a aprovação aos ataques ao Capitólio subiu de 9% para 14% após um ano. Em levantamento no mês passado, essa taxa chegou a 19%.

Na avaliação de Felipe Nunes, CEO da Quaest, a escalada do apoio aos atos nos EUA, que deixou cinco mortos, é resultado da abordagem dada pelo presidente, o democrata Joe Biden, de "partidarizar" a violência, o que motivou a rejeição dos republicanos.

— O 6 de janeiro nos EUA não é hoje um tema da democracia, mas da polarização partidária entre democratas e republicanos. No Brasil, para que os índices de apoio às invasões continuem baixos, Lula não deve partidarizar o assunto. É imperativo que esse debate não seja contaminado por cores partidárias, porque trata-se de um problema do Estado brasileiro. É a defesa das regras, da Constituição e da própria democracia que estão em jogo neste caso — analisa.



Sob ataque. Invasores do Capitólio, sede do Congresso dos EUA, em 2021. americanos rejeitam menos que brasileiros

De acordo com a nova pesquisa, 89% dos brasileiros reprovam os ataques do 8/1, taxa que em fevereiro do ano passado era de 94%. A queda ultrapassa a margem de erro. No recorte geográfico, a região Sul é onde houve maior abrandamento das avaliações: de 96% para 87%. A taxa de sulistas que aprovam os ataques passou de 3% para 9% no período.

BRASIL PUNE MENOS

No campo da Justiça, há também diferenças entre as abordagens no Brasil e nos EUA aos autores dos atos golpistas. O Judiciário brasileiro já condenou 30 pessoas, menos que os 70 que já haviam recebido a sentença um ano depois do Capitólio, segundo dados disponibilizados pelo Departamento de Justiça americano.

Os dois países adotaram estratégias diferentes quanto a acusação e julgamento. No caso brasileiro, todos os processos estão concentrados no Supremo Tribunal Federal (STF). Nos EUA, as ações foram distribuídas pelo país. No

primeiro julgamento sobre o caso brasileiro, o ministro Alexandre de Moraes afirmou a tese de que o STF não era a instância apropriada para o julgamento.

Outra diferença é o próprio funcionamento do Judiciário. Nos EUA, é muito mais comum o uso de outros mecanismos que acelerem o processo, como acordos ou confissões. É por isso que, embora o primeiro julgamento tenha ocorrido mais de um ano depois dos ataques, 70 pessoas tiveram sentenças determinadas antes.

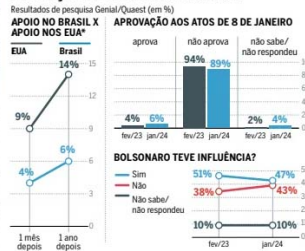
O Brasil chegou à primeira condenação mais rapidamente. A primeira sentença foi a de Aécio Pereira da Costa, 249 dias depois dos atos. Nos EUA, o primeiro julgamento e condenação ocorreu 412 dias após o evento, em março de 2022.

Isso se reflete, por exemplo, na comparação do trabalho do Departamento de Justiça americano, responsável pela acusação nos Estados Unidos, e da Procuradoria-Geral da República (PGR), que cumpre esse

papel no Brasil. Até agora, a PGR já apresentou denúncias contra 1.413 pessoas, em comparação com 701 pessoas nos EUA no mesmo período — com a diferença, entretanto, de que o número de presos no dia dos atos no Brasil foi maior do que o dos EUA.

A PGR, até o momento, também denunciou oito autoridades pelo crime de omis-

AVALIÇÃO DA TENTATIVA DE GOLPE



são imprópria. As denúncias, entretanto, são contra a cúpula da Polícia Militar do Distrito Federal. Nos Estados Unidos, o ataque ao Capitólio teve como consequência um dos casos mais importantes no país: o indiciamento do ex-presidente Donald Trump pelo seu papel no dia dos atos.

Um ano depois da invasão ao Capitólio, 165 pessoas já

tinham se declarado culpadas das acusações antes mesmo de o caso ir a julgamento. No mês passado, o ministro Alexandre de Moraes validou 38 acordos firmados entre a PGR e réus em ações do 8/1. Após serem validados por um juiz, os acordos de não persecução penal determinam o fim da possibilidade de punição.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política Pagina: 7